



BALANÇO 2017

Investimentos privados dependem de projetos seguros

Nos últimos seis anos, os investimentos públicos em transportes caíram 6,1%, comprometendo a integração entre os modais e elevando os custos logísticos. Nesse período, as incertezas de retorno, ocasionadas pela crise política e econômica do país, constituíram fatores inibidores à aplicação de recursos no setor. A solução depende, na maior parte, da participação do capital privado em obras de infraestrutura. O Governo, sensível a essa situação, iniciou a reformulação dos planos, planejamentos e programas de investimentos.

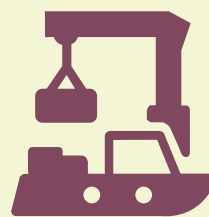
Nessa fase, primou-se pela opinião dos atores envolvidos no processo, com o objetivo de estreitar a relação entre os entes públicos e os potenciais investidores. Foram reformulados os projetos prioritários em infraestrutura terrestre e aquaviária. Em concessões, as medidas incluíram a oferta de condições de taxas de juros menores e taxas de retorno atraentes, com novas regras que buscam promover segurança jurídica e maior competitividade.

R\$ 28,6 bilhões

em concessões no Programa de Parcerias de Investimento (PPI) - Crescer



Licitação de 3 terminais portuários



Trigo no Rio de Janeiro/RJ (1)

Combustível em Santarém/PA (2)

↓ 6,1%

 Investimentos públicos em transportes

Reduziu de R\$ 19,7 bi (2010) para R\$ 18,5 bi (2016)

Competitividade nas ferrovias com a Lei 13.448/2017



Direito de passagem, tráfego mútuo e operador ferroviário independente (OFI)

Investimentos públicos em transportes em 2017

Rodovias



R\$ 9,4 bilhões

Ferrovias



R\$ 893 milhões

Portos



R\$ 588 milhões

Hidroviias



R\$ 212 milhões



PERSPECTIVAS 2018

Genário 1

A CNA está empenhada em impedir a aprovação do Projeto de Lei 528/2015, que cria a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, aumentando de imediato 9% no custo do transporte de cargas. Dependendo do produto, os valores cobrados pelo serviço poderão ser elevados em até 30%. É o caso dos granelis sólidos agrícolas (ex: soja, milho e açúcar), em que o acréscimo de 29% nos fretes, ocasionado pelo tabelamento dos preços, inviabilizará as exportações.

Genário 2

Em contrapartida, para 2018, o Governo Federal anunciou pacote de 27 projetos no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Em portos, espera-se que a iniciativa privada invista R\$ 2 bilhões, em 15 concessões portuárias. São terminais de granelis líquidos, grãos e fertilizantes. Em rodovias, as BR-153 e BR-364 serão concedidas. Ambas são vias de acesso estratégicas aos portos do Arco Norte, no escoamento dos grãos das regiões de Rondônia, Mato Grosso e Tocantins.

Frete rodoviário tabelado eleva transporte em:

Fonte: Leggio Associados

Granel sólido
29%



Granel líquido
24%



Granel sólido não agrícola
19%



Leilões previstos (PPI, 2018):



- Ferrovia EF-170/MT/PA (Ferrogrão): 2º Tri
- Ferrovia EF-151 (Ferrovia Norte-Sul): 2º Tri
- Ferrovia EF-334/BA (FIOL): 4º Tri

- Rodovia Integração Sul: 1º Tri
- BR-364/365/MG/GO: 3º Tri
- BR-364/RO/MT: 4º Tri
- BR-153/GO/TO: 4º Tri
- BR-040/MG/GO: 4º Tri
- BR-116/RJ/SP: 4º Tri
- BR-101/SC: 4º Tri



- Terminal no Porto de Itaqui/MA (granelis líquidos): 1º Tri
- 2 Terminais no Porto Miramar/PA (GLP) 1º Tri
- Terminal no Porto de Paranaguá/PR (celulose): 1º Tri
- Terminal Cavaco/AP (madeira): 2º Tri
- Terminal no Porto de Paranaguá/PR (grãos): 3º Tri
- Terminal de Vila do Conde/PA (granelis líquidos): 3º Tri
- Terminal no Porto de Belém/PA (granelis líquidos): 3º Tri
- Terminal no Porto de Vitória/ES (granelis líquidos): 3º Tri

